



**ESCOLA SUPERIOR
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Elementos para uma Sociografia das
Mulheres Jornalistas em Cabo Verde**

António Paulo de Jesus Teixeira

**Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do
grau de**

Mestre em Jornalismo

Orientado pela Professora Doutora Filipa Subtil

Escola Superior de Comunicação Social

Instituto Politécnico de Lisboa

Praia, Outubro de 2017

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Declaro por minha honra que este relatório de estágio é um trabalho original e da minha autoria para a obtenção de grau de Mestre em Jornalismo.

Todas as fontes citadas no relatório estão devidamente identificadas. Tenho consciência de que o plágio pode levar à anulação do trabalho apresentado.

O candidato:

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força superior que me tem acompanhado em todos os momentos da minha vida, às minhas duas filhas, Patrícia e Alexandra, razão de ser da minha existência e à minha neta Léa, que chegou a este mundo num momento em que este trabalho já estava em fase de conclusão.

Homenagem especial ao meu Pai, Ovídio, minha irmã Lucy e meu Irmão Dudu "Kadjunby" que já não estão cá comigo. Vos amo eternamente. Um especial obrigado a toda a minha família.

À Zeza Monteiro, por todo o apoio durante este percurso.

À minha professora e orientadora, Filipa Subtil, que teve um papel fundamental para que este trabalho chegasse ao fim. Obrigada pelas críticas construtivas e, acima de tudo, pela disponibilidade e paciência em todos os momentos deste estudo.

A todos os colegas deste mestrado, muito obrigado pelo incentivo.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo fazer uma primeira sociografia das mulheres no jornalismo cabo-verdiano. Embora haja registos de jornais antes da independência, é a partir de 5 de Julho de 1975 que se inicia o processo de institucionalização da profissão.

Se até a década 1990, a presença das mulheres nas redações era muito diminuta, a partir do começo do novo século, essa situação tem vindo a alterar-se de forma significativa devido, fundamentalmente, ao aumento da escolarização feminina e também à abertura dos cursos superiores de jornalismo/comunicação social em algumas universidades no país.

Em todos os órgãos de comunicação (agência noticiosa nacional, jornais nacionais e televisão), a sua presença numérica tem vindo a crescer de forma constante, embora tal realidade ainda não tenha correspondência ao nível da sua presença em cargos de direção e chefias intermédias.

A nível do jornalismo os dados disponibilizados pelos diversos órgãos de comunicação social mostram que existe uma tendência de feminização das redações, quer na imprensa escrita, quer no audiovisual.

Palavras-chave: Cabo-Verde, Jornalismo, Feminização, *A Nação*, *O Expresso das Ilhas* e Rádio Televisão de Cabo Verde.

Abstract

This dissertation's main purpose is to make the first sociography of women in Cape Verdean Journalism. Although there are records of news papers before the Independence, it is only after July 5th 1975 that the process of institutionalization of this profession begins.

Up until the early 1990's the presence of women in newsrooms was minimal, as of the beginning of the new century, that situation has been going through significant changes, mostly due to female schooling and also the availability of undergraduate degrees in journalism/media in some of the Cape Verdean universities.

In all the Media (national news agency, News papers and Television), their number have been rising at a steady pace although this is not mirrored at the level of management or even middle management positions.

The data made available by the different media show that there is a tendency towards the feminization of the news rooms in news papers and radio and television.

Keywords: Cape Verde, Journalism, Feminization, *A Nação*, *O Expresso das Ilhas* e Radio Televisão de Cabo Verde.

ÍNDICE GERAL

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- O processo de feminização da profissão de jornalista.....	3
1.1 A chegada das mulheres ao mundo do trabalho	3
1.2 A condição da mulher africana perante o trabalho produtivo	5
1.3 A chegada das mulheres ao jornalismo no mundo ocidental	6
1.4 As mulheres e o jornalismo em África.....	12
CAPÍTULO II- A feminização do jornalismo em Cabo-Verde	14
2.1 Evolução do processo de escolarização da população cabo-verdiana	14
2.2 Origens da presença das mulheres nas redações dos meios de comunicação social de Cabo Verde.....	20
2.3 O processo de feminização da profissão de Jornalista Cabo Verde (2000-2017)	22
CAPÍTULO III- A presença das mulheres na imprensa, rádio e televisão em Cabo Verde	26
3.1 A presença feminina na Agência de Notícias de Cabo Verde	26
3.2 A presença das mulheres na imprensa escrita cabo-verdiana.....	27
3.3 O caso da RTC - Radiotelevisão de Cabo Verde.....	28
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXO	40
Entrevista Arminda Barros - Jornalista	40

INTRODUÇÃO

Enquadramento e justificação do tema

Esta investigação insere-se na problemática dos estudos feministas na sua relação com os media, dando particular ênfase à feminização da profissão de jornalista que, até meados da segunda metade do século XX, era uma atividade maioritariamente exercida por homens. Desde então, temos assistido no mundo ocidental, mas também no continente africano, como mostrará esta pesquisa, à crescente presença das mulheres no mundo laboral, em particular nas profissões intelectuais, das quais o jornalismo faz parte. Sob a inspiração de trabalhos académicos que têm sido realizados noutros países lusófonos, nomeadamente em Portugal e no Brasil, esta investigação procura contribuir para uma sociografia das mulheres que trabalham hoje nas redações dos principais órgãos de comunicação em Cabo-Verde. Apesar do aumento de mulheres na profissão, não existe, pelo menos até ao presente, nenhum estudo sobre a evolução e o papel das mulheres no jornalismo em Cabo Verde e daí a justificação para a escolha do tema.

O processo de feminização das redações dos meios de comunicação social cabo-verdianos começou a verificar-se a partir dos anos noventa, altura em que muitas mulheres regressavam ao país, depois de terem frequentado estudos superiores na área do jornalismo e comunicação social na Europa, como seja o caso de Portugal, mas não só, e também no Brasil. Esta tendência acentuou-se a partir do 2000, com a criação de universidades em Cabo Verde. Este movimento é concomitante ao aumento significativo dos níveis de escolaridade da população feminina e da sua chegada às profissões liberais como a medicina, o direito, a magistratura, professorado, entre outras. Esta é uma realidade que acompanha o que se passou também noutros países lusófonos como Portugal e o Brasil a partir da década de 80 do século XX.

É também nosso objetivo perceber se o aumento das mulheres nas redações correspondeu ao aumento das mesmas nos cargos de chefia ou se a realidade cabo-verdiana é semelhante a de outros países, nomeadamente Portugal e Brasil, onde o aumento do número de mulheres nas redações não teve repercussões imediatas ou a médio prazo na ocupação de cargos de liderança.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No capítulo 1 faz-se uma breve resenha da chegada das mulheres ao mundo do trabalho dito produtivo no mundo ocidental e no continente africano, dando particular destaque às profissões que exigem elevados graus de qualificação. O capítulo 2 analisa em concreto como ocorreu a chegada das mulheres cabo-verdianas ao jornalismo, mostrando-se que a reconfiguração das redações em termos de sexo tem uma estreita relação com o aumento dos níveis de escolaridade da população, em geral, e das mulheres, em particular.

Por último, o capítulo 3 faz uma sociografia das mulheres no jornalismo em Cabo-Verde. Começa-se por apresentar os dados gerais da Comissão da Carteira Profissional e do sindicato (AJOC) relativos ao corpo profissional no seu todo distribuído por sexo; de seguida, traça-se a realidade dos dois jornais nacionais, *A Nação* e *O Expresso das Ilhas* e por fim e de forma um pouco mais aprofundada a maior empresa pública de comunicação social de Cabo-Verde, a Rádio Televisão de Cabo Verde (RTC).

Capítulo I- O processo de feminização da profissão de jornalista

1.1 A chegada das mulheres ao mundo do trabalho

A chegada das mulheres ao mundo do trabalho dito produtivo é concomitante aos processos de industrialização e urbanização que ocorreram na Europa a partir dos finais do século XVIII. O fluxo de migração massivo do campo para as cidades para trabalhar nas fábricas não se cingiu apenas aos homens. Também as mulheres e as crianças foram recrutadas como mão-de-obra barata. Esta nova realidade social conduziu a uma profunda alteração no trabalho feminino (Duby e Perrot, 1991: 41), ao mesmo tempo que trouxe às mulheres mais consciência da sua condição social e dos seus direitos.

Até ao século XVIII, o espaço de interação por excelência das mulheres circunscrevia-se ao *oikos*(casa). As suas ocupações cingiam-se a cuidar da casa e das gerações mais novas. O acesso ao espaço público estava-lhes vedado. Com a urbanização e a industrialização, que marcaram profundamente a realidade social da Europa Central no século XIX, as mulheres passaram a participar no “novo mundo laboral”.

O seu acesso ao mundo do trabalho ocorreu devido à diminuição significativa dos salários dos chefes de família, que já não eram suficientes para garantir o sustento daquela. Este novo contexto alterou de forma radical a vida das mulheres das classes mais desfavorecidas, obrigando-as a ter uma jornada dupla de trabalho: no âmbito doméstico, continuavam a ser o garante das funções de reprodução e do cuidar da casa e da educação dos filhos, ao mesmo tempo que nas fábricas se ocupavam das tarefas mais repetitivas, monótonas e mal remuneradas.

Este novo sistema produtivo ofereceu um meio de subsistência para milhares de mulheres, mas também de crianças, que trabalhavam em condições deploráveis, submetidas às maiores humilhações, espancadas, com jornadas de trabalho próximas das 17 horas diárias, recebendo salários muito inferiores aos auferidos para os homens.

Esta situação manteve-se durante todo o século XIX e muitas foram as reivindicações (através de manifestações, greves e motins) dos operários homens e mulheres pela melhoria das condições de trabalho e remuneração. Foi neste período que surgiram na Inglaterra os primeiros movimentos organizados de mulheres que reivindicavam direitos laborais, em particular igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres, igualdade de direitos no acesso à educação e direito de voto. É aliás, no interior da classe operária feminina que surgirá, no início do século XX, aquilo que se veio a designar o movimento das sufragistas, que inaugurou a luta feminista organizada pela igualdade de direitos políticos e sociais¹. Esta luta não foi, no entanto, bem acolhida por todos os sectores da sociedade, inclusive por vários grupos de mulheres que aceitavam e defendiam a sua condição de submissão na sociedade patriarcal. Muitas das protagonistas do movimento das sufragistas foram estigmatizadas e humilhadas por homens, mas também por mulheres.

O século XX significou no mundo ocidental uma consciencialização crescente dos direitos políticos, económicos e familiares das mulheres. Em 1918, na Grã-Bretanha, as mulheres alcançam o direito de voto, conquista que se estenderá nas décadas seguintes a vários países do mundo ocidental. Na I Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho nas fábricas de armamento francesas e inglesas, substituindo os homens que tinham sido mobilizados para o conflito. Esta nova realidade levou a que muitas entrassem em sectores de atividade que até então lhes tinham estado vedados.

Nos países europeus envolvidos no conflito, o número de mulheres a trabalhar no sector produtivo da economia formal passou para o dobro com exceção da Europa Oriental, em que o emprego feminino se organizou em novos moldes (Perrot, 1998). Também nos EUA e devido à mobilização de milhares de homens para a I Guerra Mundial, muitas mulheres passaram a ocupar postos de trabalho em profissões que até então eram consideradas masculinas.

Foi, no entanto, só na década de 60 que ocorreu a chegada massiva das mulheres ao mundo do trabalho. Esta crescente participação não pode ser compreendida sem ter em conta que foi também nesse período que os seus níveis de escolaridade começaram a

¹Sobre o movimento sufragista, ver o filme “As sufragistas”, realizado por Sarah Gavron, 2015.

aumentar para não mais parar. Estas duas novas realidades sociais foram fatores determinantes para a melhoria significativa da condição social das mulheres na Europa ocidental e EUA.

1.2 A condição da mulher africana perante o trabalho produtivo

A mulher africana sempre teve uma participação muito ativa nas suas comunidades, destacando-se o seu papel de cuidadoras da casa e da família, bem como elemento ativo da economia informal, como trabalhadoras no sector agrícola e comercial (venda nos mercados, por exemplo).

Nas últimas décadas tem-se assistido a um crescimento continuado da sua participação efetiva também na política e no mercado de trabalho formal, quer no sector público, quer no privado. Segundo os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano referente a 2015, na África Subsariana, mais de 60% do total das mulheres trabalhadoras tinha ainda como atividade principal a agricultura, das quais 52% ocupando o mercado de trabalho formal.

Um dos sectores onde a sua representação tem vindo a crescer de forma mais significativa é a política, onde já ocupam cerca de 22% nos parlamentos, a segunda maior percentagem entre as regiões em desenvolvimento. A representação das mulheres nos Parlamentos nacionais aumentou 17 pontos percentuais entre 1991 (3,8%) e 2011 (20,8%), mas esse esforço não significa que tenha sido atingida a meta regional ou internacional (30%). Na administração pública, as mulheres ocupam 35% dos cargos de liderança.

A África Oriental é a região com melhor desempenho em termos de igualdade de género na política, sendo a representação parlamentar feminina de 35%. Na África Austral, este valor desce para 25%, no Norte de África é de 23% e na África Ocidental fica-se nos 18%. Nos governos nacionais, as mulheres tendem a ocupar pastas ministeriais nas áreas do bem-estar social, saúde e educação, enquanto os ministérios das finanças ou da defesa continuam a ser maioritariamente dirigidos por homens.

No que respeita à sua inserção no mercado de trabalho produtivo, o relatório destaca a sua participação no setor privado da economia, onde algumas chegam a atingir já cargos de chefia, logo atrás da União Europeia. Ao nível regional, a África Austral tem os melhores resultados, com 20% de mulheres em posições de liderança, seguindo-se a África Oriental (16%), África Ocidental (11%) e o Norte de África (9%).

Mais de metade das mulheres no sector privado estão em funções de consultoria e análise (por exemplo, recursos humanos, contabilidade, relações públicas), ocupando poucos cargos decisivos no núcleo da empresa (produção, vendas, marketing), aqueles que mais facilmente conduzem à direção executiva. Segundo dados deste relatório, as mulheres estão mais presentes em cargos executivos na área de saúde ou farmacêutica do que nas indústrias pesadas, onde apenas representam 9%.

Apesar da sua presença crescente, nenhuma das áreas avaliadas tem mais de 50% de representação feminina. A este respeito o relatório afirma: “embora o número de mulheres em lugares de chefia tenha aumentado, as mulheres não têm necessariamente mais poder” (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2015: 11-13).

1.3 A chegada das mulheres ao jornalismo no mundo ocidental

A dinâmica das grandes metrópoles do início do século XX consolidou o jornalismo como parte importante do sistema de circulação de informações. Foi na cidade moderna que o jornalismo se tornou também uma atividade industrial que exigia a presença e formação de profissionais especializados, em princípio, detentores de um saber técnico e de um *status* determinado na sociedade (Park, 1987).

Embora fosse um ofício exercido maioritariamente por homens, é possível encontrar alguns registos de mulheres pioneiras a trabalhar em redações. Nos EUA, esses registos remontam ao século XVII, com tipógrafas ou proprietárias de imprensa. Porém, só no século XIX, após o final da Guerra de Secessão, foi publicada a primeira reportagem realizada por uma mulher, Emily Verdery Bettey, que foi contratada como repórter pelo *New York Sun*, em 1868.

Na década de 1880, havia nos Estados Unidos 12.308 jornalistas e, em 1886, trabalhavam como jornalistas na imprensa nos Estados Unidos 500 mulheres. Dois anos mais tarde, só nos jornais nova-iorquinos, eram já 200 (Costa, 2013).

É neste contexto que surgiram as *stuntgirls*, repórteres mulheres que utilizavam disfarces ou performances para a elaboração de suas reportagens. A estratégia era assumir outra identidade, outra personagem, e sob o disfarce observar e vivenciar situações, fontes, obter documentos e informações que jamais conseguiriam se assumissem serem repórteres, tornando-se “heroínas sensacionais de suas próprias matérias”(Queiroz, 2013).

É também no século XIX que as mulheres começam a fazer reportagem de guerra, cobrindo as revoluções na Europa, mas também a Guerra Civil Americana. A presença de mulheres jornalistas em cenário de guerra viria a crescer com as Guerras Mundiais (Steiner, 2017: 13).

Na Europa, a imprensa feminista surgiu no apogeu da Revolução Francesa e rapidamente se tornou porta-voz das ideias daquelas que atuavam pela emancipação feminina. Mas para driblar preconceitos e conquistar espaço nas redações as mulheres usavam pseudónimos.

Apenas no final do século XIX, o jornalismo entra na sua fase industrial. Até aos anos 80 do século XX, a história que se contará do mesmo e dos seus profissionais será tendencialmente, salvo raras exceções, contada no masculino. Apesar da sua presença efectiva nas redacções, para a história do jornalismo elas continuam praticamente invisíveis (Silveirinha, 2012: 165-182).

Na realidade, no mundo ocidental, e durante várias décadas, esta profissão caracterizava-se por ser maioritariamente exercida por homens, muitos deles com baixos níveis de escolaridade. As mulheres jornalistas tiveram durante décadas uma presença muito reduzida e invisível. Esta situação só se alterou na Europa ocidental e EUA a partir dos finais dos anos 70, princípio da década de 80, com a entrada massiva

das mulheres no ensino superior e sua conseqüente chegada às profissões intelectuais e dentro destas ao jornalismo.

No contexto dos países lusófonos, Portugal é um caso exemplar que acompanha ao longo do século XX as tendências assinaladas para o resto da Europa e EUA. Como mostra Maria João Silveirinha, foram poucas as mulheres que participaram no processo de institucionalização do jornalismo na passagem para o século XX (2012: 166):

Nas poucas referências que existem relativas à participação das mulheres nas publicações periódicas, sabe-se que a sua participação era diversa e descompassada. Há registos da sua presença nas redações ou textos por elas redigidos (muitas das vezes utilizando pseudónimos masculinos) desde 1812 na imprensa em geral e apenas em 1836 passam a ser presença regular nos periódicos femininos, embora a maioria destes fosse dirigido por homens (Tengarrinha, 2013: 546-547 e Silveirinha, 2012: 169-170).

Só na segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras publicações dirigidas por mulheres e proliferou a imprensa dedicada ao público feminino. Veja-se o caso de *O Mundo às Avessas* ou *O Mundo Elegante*, por exemplo. Figuras como Antónia Pusich (nascida em Cabo Verde), Catarina de Andrade, Francisca Wood, Elisa Curado, Guimar Torreção, Albertina Paraíso, Ana de Castro Osório e Olga Sarmiento não podem continuar a ser ignoradas quando falamos do jornalismo que se fazia em Portugal na passagem do século XIX para o século XX (Silveirinha, 2012:170).

Até aos anos 70 em Portugal, aderiam à profissão uma ou duas mulheres por ano (Garcia, 2009 [1993]): 74). Esta situação só se viria a alterar significativamente depois da revolução democrática em 1974. Os primeiros dados contabilizados estatisticamente relativos à sua inserção nas redações dos órgãos de comunicação social em Portugal, após a instauração das liberdades públicas, datam de 1987 e foram publicados num artigo da autoria do sociólogo José Manuel Paquete de Oliveira (1988: 47-53). Nesse ano, 19,8% do total dos jornalistas com carteira profissional eram já do sexo feminino.

Durante a década de 1990, dados sustentados nas duas primeiras inquirições nacionais aos jornalistas portugueses (1990 e 1997) assinalavam de forma enfática esta nova dinâmica e interpretam-na como uma das principais tendências de reconfiguração do

perfil da profissão de jornalista em Portugal (1990:25,4%; 1994: 29,2%; 1997: 32,8%) (Garcia, 2009 [1993]).

Ainda nesta década, em 1996, Filipa Subtil apresentou num III Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, uma comunicação intitulada “Nos lugares de Francisco Pinto Balsemão e Vicente Jorge Silva não há espaço para as mulheres - O jornalismo também escolhe o sexo?”, provavelmente o primeiro estudo sociográfico sobre as mulheres jornalistas em Portugal. Em 2000, este texto viria a ser publicado com o título “As mulheres jornalistas”, nas atas do referido Congresso. Nove anos depois, em 2009, o mesmo é reeditado com pequenas atualizações e com um novo título: “Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990” (2009: 93-108). Este texto dá conta do processo de feminização das redações em Portugal na segunda metade dos anos 90 e do que tal estava a significar em termos de relações de poder no interior dos órgãos de comunicação, dos níveis salariais e da imagem das mulheres nas notícias.

Em 2009, um estudo coordenado por José Rebelo indicava que as mulheres já representavam 40,7% da força produtiva no interior das redações, sendo que estas percentagens tendiam a acentuar-se nos segmentos etários mais jovens (2011). Passados sete anos, os dados cedidos pela Comissão da Carteira Profissional do Jornalistas, em Outubro de 2016, apontam por uma subida residual (41,1%) da presença das mulheres na redação (Subtil e Silveirinha, 2017: 122-133), o que pode significar um processo de estagnação no caminho para a paridade entre homens e mulheres no jornalismo a que se vinha a assistir desde os anos 80.

Os números atuais mostram que em termos numéricos, hoje em Portugal, as mulheres se encontram praticamente numa posição de paridade numérica relativamente aos homens. Importa saber se esta situação significou alterações significativas nas relações de poder, nos níveis salariais e na própria imagem das mulheres nas notícias.

Os dados mais recentes resultantes de um inquérito aos jornalistas portugueses aplicado entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, realizado por João Miranda continuam a revelar discrepâncias entre os níveis de presença das mulheres nas redações e a sua efetiva participação nos cargos de responsabilidade editorial, bem como um desnível em termos salariais (Miranda, 2017: 34-37).

Num total de 806 respostas validadas, dos quais 58,7 % homens (473 homens) e 41,3 % mulheres (333mulheres), revela dados que comprovam o acima descrito: dos respondentes com cargos de chefia e de direção de redação, 68% são homens;no que respeita aos níveis salariais, 28,3% das mulheres inquiridas afirma receber entre os 601 e os 900 euros e 21,8% no escalão 1001 a 1500 euros (Miranda, 2017: 34-37).

Já na América do Sul, e mais concretamente no Brasil, a entrada de mulheres no jornalismo terá começado nos anos 30do século XX, períodoem que se iniciou a profissionalização da actividade e surgiram os primeiros sindicatos e associações profissionais de jornalistas.

Com o objetivo de integrarem as redações, as mulheres brasileiras começaram por participar em publicações alternativas, pequenos jornais, ligados muitas vezes a oposição ao regime militar e utilizando, tal como as suas congéneres europeias e norte-americanas, pseudónimos masculinos.

O panorama brasileiro do jornalismo neste período histórico que respeita à participação das mulheres foi assim descrito pelo jornalista José Hamilton Ribeiro:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (Ribeiro*apud* Casei, 2012)

Nos anos 60, o surgimento dos primeiros cursos superiores de jornalismo concorreram paraa entrada de algumas mulheres na profissão. O aumento da escolaridade feminina foi claramente decisivo para a sua inserção profissional nas áreas científicas e intelectuais(Jorge e Adghirni, 2013: 211-225).

Foi um processo lento e que só ganhou força a partir dos anos 80, altura em que as mulheres já ocupavam 36% dos quadros profissionais no interior das redações(Casadi,2012) Em 1986, as mulheres representavam 35,24% da categoria. Tal significa que, para aproximadamente 6 homens jornalistas, existiam pouco mais de 3 mulheres.

Passadas duas décadas, e segundo os dados do Ministério do Trabalho Brasileiro, a situação alterou-se significativamente. Em 2004, elas já estavam em maioria: 52,49% de mulheres contra 47,51% de homens².

Num estudo realizado em 2012, coordenado por Jacques Mick, professor e investigador da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o perfil da profissão, os dados recolhidos apontavam os seguintes valores: 63,7% de mulheres e 36,3% de homens (Mick e Lima, 2013: 33).

No entanto, a desigualdade de género no que concerne aos níveis salariais, bem como na ocupação de cargos de chefia mantém-se e até se acentua quando os dados são analisados em termos de etnia (Pontes, 2017:1-15). Como se constata, o aumento da participação no mercado de trabalho não tem significado condições iguais e oportunidades para todos e todas (Jorge e Adghirni, 2013).

Em suma, e analisando os números do Global Report on the Status of Women in the News Media(IWMF), de 2015, sobre as mulheres jornalistas no mundo, verifica-se que das 522 empresas ligadas aos media analisadas, as mulheres representavam 33,3% dos jornalistas. Quanto a ocupação de cargos de chefias, 73% eram exercidos por homens e apenas 27% por mulheres.

Apesar dos valores ainda serem bastante baixos, verifica-se uma melhoria comparativamente a 1995, quando apenas 12% das mulheres ocupavam cargos de chefia. Quanto a jornalistas repórteres, 64% era homens e 36% mulheres. Relativamente a jornalistas seniores registava-se um equilíbrio, 49% homens e 41 % mulheres.

²Disponível

em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitosdesfeitas/_ed737_jornalismo_cada_vez_mais_uma_profissao_das_mulheres, acedido em 7/10/2017.

1.4 As mulheres e o jornalismo em África

No caso específico do continente africano são ainda escassos os dados sobre o número de mulheres a trabalhar como jornalistas nos órgãos de comunicação social. O relatório da IWFMF2015 apresenta números relativos a 6 países da costa ocidental africana, designadamente Camarões, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria e Uganda.

As 117 empresas pesquisadas na sub-região oeste africana, em 2015, empregavam, aproximadamente 22.100 jornalistas, dos quais 9.215 mulheres. Como se pode constatar, a participação da mulher é menor que a dos homens, embora as percentagens variem de país para país. Já na África Austral e Oriental, a representação da mulher na profissão é mais baixa. Veja-se o caso da República Democrática do Congo (15%), do Malawi (27%) e do Zimbabué (27%), o que contrasta com a África do Sul, onde as mulheres jornalistas superam o número de homens, 53,7%.

Relativamente aos países africanos de língua Portuguesa, o IWFMF apresenta apenas dados relativos a Moçambique. Foram analisadas 12 empresas de media - 3 jornais, 2 estações de televisão e 7 estações de rádio. Estas empresas empregavam 274 jornalistas, destes 198 homens e 76 mulheres.

Capítulo II - A feminização do jornalismo em Cabo-Verde

2.1 Evolução do processo de escolarização da população cabo-verdiana

As mulheres em Cabo Verde desempenharam um papel importante na luta de libertação, iniciada em 1963, que culminou com a independência do país em 1975. Desde essa altura que a condição social e perante o trabalho das mulheres cabo-verdianas sofreu profundas transformações que têm vindo a dignificar a sua condição social. Elas têm tido particular importância na construção do país, assumindo cada vez mais cargos e lugares de destaque na sociedade, na política, na economia e na cultura.

Desde que se constituiu como nação independente, os diversos governos de Cabo Verde têm-se comprometidos com a promoção do desenvolvimento humano e efectivação dos direitos humanos³, dando atenção particular às questões de género, o que se refletiu na elaboração da primeira Constituição da República, em 1980. No artigo 25º deste articulado estabeleceu-se a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. É também nesse ano que Cabo Verde assina a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

É, no entanto, só a partir de 1991, ano em que se instala definitivamente o regime pluripartidário em Cabo Verde, que as mulheres começam a ter um papel mais ativo em todos os sectores da sociedade, culminando com a sua integração no primeiro governo eleito democraticamente.

Com o novo regime democrático e uma nova Constituição aprovada em 1992, assistiu-se a uma evolução da compreensão do conteúdo da igualdade. Assumiu-se, pela

³Brochura Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números 2015.

primeira vez, que existia discriminação entre homens e mulheres na sociedade cabo-verdiana e estabeleceu-se como tarefa primordial do estado a remoção dos obstáculos culturais, sociais e económicos e políticos que tinham até então impedido a igualdade de género (artigo 7º). Neste sentido, foram realizadas várias iniciativas governamentais merecedoras de referência.

Em 1994, é criado o Instituto da Condição Feminina, atualmente Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, cuja missão era, e é, zelar para a criação de condições e mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres. Apartir de 1999, o Código Eleitoral estabelece que as listas candidatas às eleições devem conter uma representação paritária entre os sexos.

Várias outras medidas foram sendo adotadas pelos sucessivos governos como é o caso da elaboração, em 2005, do I Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Igualdade e Equidade de Género, que esteve em vigor entre 2005-2011 e o Plano Nacional de Combate contra a Violência Baseada no Género (2007-2009).

De referir que depois de estes esforços em prol da igualdade de género, em 2008, Cabo Verde passa a ser o segundo país do mundo a ter um governo com uma configuração paritária.

No que se refere à promoção da igualdade de género na área de educação, o país atingiu a universalidade e paridade no acesso à educação primária na década de 90 do século XX, com taxas líquidas de escolarização tanto para raparigas como rapazes de 96%, uma situação bem diferente da herdada do período colonial.

Em 1970, cinco anos antes da independência, a taxa de analfabetismo da população com seis anos ou mais era de 59,2%, sendo que a taxa de analfabetismo masculino era significativamente inferior (49,4%) à feminina (67,9%). Na faixa etária entre 10 e 14 anos (idade da escolaridade obrigatória), a taxa de analfabetismo era de 49,5%, o que significa que mais da metade das crianças nesta faixa etária estava excluída do sistema de ensino⁴. Analisando a distribuição da população segundo o nível de escolaridade,

⁴Instituto Nacional de Estatística (INE), 1981 - Censo 70.

constata-se que 84,8% dos cidadãos tinham no máximo o ensino básico elementar (de três anos de duração), 2,7% tinham o ensino básico complementar e 12,5% tinham diploma de ensino secundário, médio ou superior. O elevado percentual de pessoas com ensino secundário, médio ou superior pode ser explicado por estarem incluídos os efetivos do exército colonial instalados no país e os quadros coloniais da Administração Pública ⁵.

Os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE)⁶ indicam que passadas cerca de três décadas, em 2014, a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais era de 86,5% e a taxa de alfabetização juvenil era de 97,8%, com um fosso a desfavor dos rapazes (98,3% feminino, 97,4% masculino).

Esta nova situação mostra os resultados do esforço efetivo do estado cabo-verdiano na alfabetização da sua população e em particular das mulheres, que partiam de uma situação bem mais desfavorecida.

Outro dos indicadores de educação que está relacionado com a autonomia económica das mulheres, dado que podem indicar um maior acesso a emprego de qualidade, é o rácio feminino/masculino no ensino superior. Os dados indicam que, no letivo 2011/2012, havia 6.759 mulheres a frequentar universidades públicas ou privadas em Cabo Verde, frente a 5.041 homens⁷. Estes valores indicam de uma forma geral que a situação da mulher no referente ao acesso a educação tem vindo a ter uma evolução positiva significativa, demonstrando o crescente empoderamento da mulher em Cabo Verde.

Esta configuração por sexos do ensino superior em Cabo Verde, também provavelmente potenciada pela criação da UniPiaget, a primeira instituição privada a ministrar ensino superior em Cabo Verde a partir de 2000, reflete-se particularmente nas licenciaturas de ciências humanas, sociais e artes, nas quais o jornalismo se integra, tem provocado

⁵*Idem*

⁶ Mulheres e Homens em Cabo Verde – Factos e Números 2015: IN: Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde.

⁷*Idem*

alterações no sistema profissional. Esta nova realidade representa um dos fatores que tem contribuído para o crescimento da taxa de atividade feminina no setor da comunicação social cabo-verdiano (ver Quadro 1).

Área Científica	Cursos	F	M	Total
Ciências Humanas, Sociais e Artes	Língua, Literaturas e Culturas, Estudos Cabo-verdianos e Portugueses	50	21	71
	Língua, Literaturas e Cultura, Estudos Franceses	91	29	120
	Língua, Literaturas e Cultura, Estudos Ingleses	130	130	260
	História	15	14	29
	Filosofia	8	4	12
	Ciências da Educação	113	30	143
	Ciências Sociais	63	49	112
	Jornalismo	124	39	163
	Gestão Património Cultural	47	33	80
	Educação Física e Desporto	33	57	90
	Psicologia	28	5	33
	Total	702	411	1113
	Percentagem de homens e mulheres (%)	63,07%	36,93%	100,00%

Quadro 1 – Distribuição discentes grau por área científica, curso e sexo⁸

É principalmente nos campos profissionais com elevados níveis técnico-científicos que a presença feminina em Cabo Verde tem apresentado alterações significativas. São estas profissões intelectuais, científicas e técnicas, onde o jornalismo se integra, que apresentam uma forte evolução a nível nacional. Mas nos restantes sectores também se notam estas mudanças. Aliás, pode afirmar-se que a crescente presença das mulheres no ensino superior em Cabo Verde nas últimas décadas foi crucial para a recomposição por sexo das profissões. Os dados do Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC)⁹ do INE de Cabo Verde de 2014, mostram que em todas as áreas as mulheres já se encontram em maioria.

Vejam-se as áreas científicas e intelectuais, que exigem altos níveis de escolaridade, onde as mulheres já representam 56,2% e os homens 43,8%; no pessoal administrativo, a presença feminina também já é superior à dos homens: 61,6% de mulheres e 38,4% de homens; assim como nos Serviços Pessoais, de Proteção, Segurança e Vendedores, onde as mulheres representam 63,2% e os homens 36,8%.

⁸Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação da Universidade de Cabo Verde -2017

⁹ O Inquérito Multi-Objetivos Continuo (IMC) é um inquérito permanente junto as famílias e visa produzir informações importantes para o segmento dos diferentes programas de desenvolvimento do país.

No caso concreto da atividade jornalística, os dados disponibilizados pelos diversos órgãos de comunicação social mostram que existe uma tendência de feminização das redações, quer na imprensa escrita, quer no audiovisual, movimento que começou a verificar-se a partir da década de 1990, com a chegada das primeiras mulheres jornalistas com formação superior.

É a partir da primeira década do século XXI que a formação superior na área científica das ciências da comunicação e do jornalismo chega ao sistema universitário cabo-verdiano. Até essa altura, os estudantes que pretendiam enveredar por formação superior nesta área tinham de ter meios económicos para sair do país. A maioria ia estudar para a ex-União Soviética, para o Brasil e, a partir da década de 1980, para Portugal.

O primeiro curso de comunicação social, vertente jornalismo, começou a ser ministrado em Cabo Verde em 2007, pela universidade privada - a UniPiaget Cabo Verde - coincide com o início da chegada em massa das mulheres no jornalismo.

Em 10 anos, a UniPiaget Cabo Verde formou 63 jornalistas, dos quais 51 mulheres, 72%, e 12 homens, 28% dos licenciados (verfig. 1).

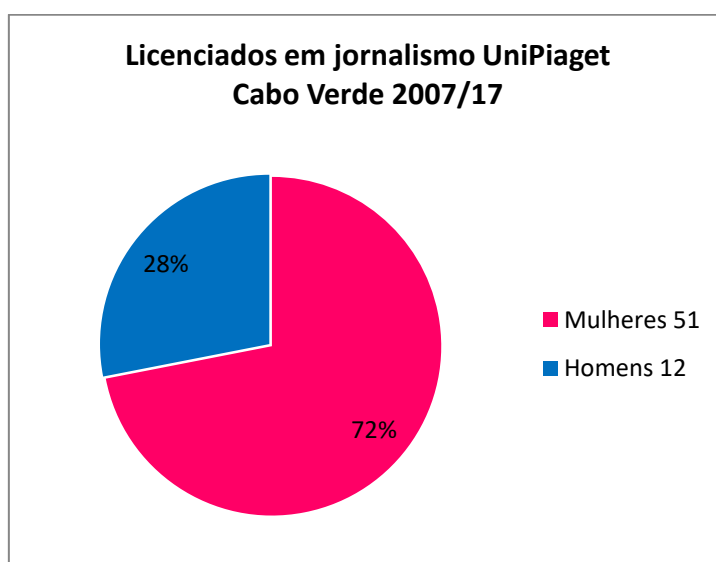


Fig.1 – Licenciados em jornalismo UniPiaget

Na principal universidade pública cabo-verdiana, a Universidade de Cabo Verde (UNICV), dos 163 alunos que frequentavam o curso de jornalismo no ano letivo 2016/17, 124 eram mulheres (72%) e 39 homens (28%) (fig. 2).

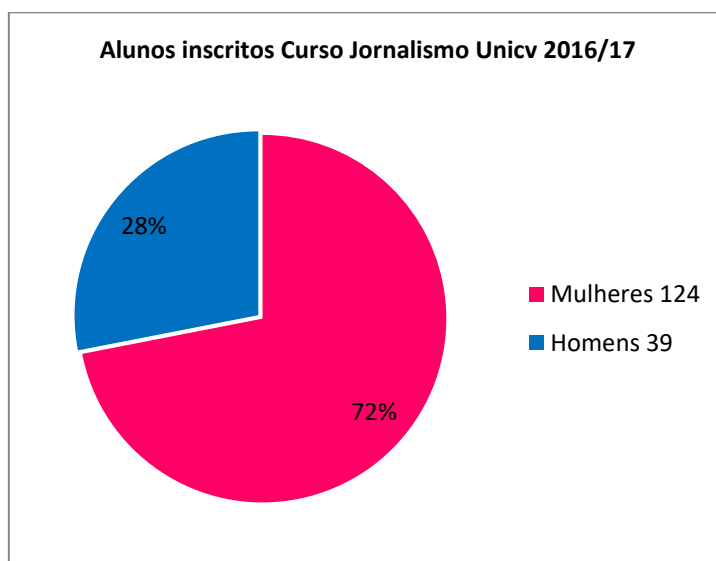


Fig.2 – Alunos Inscritos no curso de jornalismo UNICV

Já a Universidade de Santiago (US), instituição de ensino superior privada, disponibiliza cursos de jornalismo desde o ano letivo 2010/11. No primeiro ano, matricularam-se 18 estudantes, 9 mulheres e 9 homens. Foi aliás o único ano em que o número de mulheres e homens foi paritário (quadro 2). Nos anos seguintes o número de mulheres foi aumentando significativamente, totalizando, em 2014/15, 62 mulheres e 27 homens (ver quadro 2 e fig.3).

Ano Letivo	F	M	Total
2010/11	9	9	18
2012/13	7	3	10
2013/14	26	8	34
2014/15	20	7	27
Total	62	27	89

Quadro 2 – Alunos matriculados na US por ano letivo

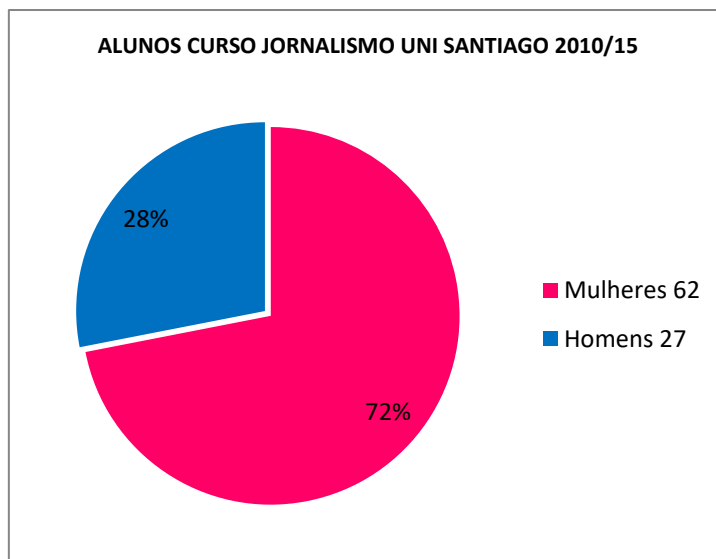


Fig. 3 – Total de alunos inscritos no curso de jornalismo na US de 2010/15

2.2 Origens da presença das mulheres nas redações dos meios de comunicação social de Cabo Verde

A presença de mulheres cabo-verdianas nos meios jornalísticos remonta ao início do século XIX. Veja-se o caso singular de Antónia Gertrudes Pusich (Oliveira, 1998: 781). Nasceu em Cabo Verde, na ilha de São Nicolau, a 1 de Outubro de 1805, e faleceu a 5 de Outubro de 1883 em Lisboa, Portugal. Quinta filha de António Pusich, originário da cidade de Ragusa, conhecida em croata pelo nome de Dubrovnik, e de uma portuguesa, Ana Isabel Nunes.

Antónia Gertrudes Pusich foi a primeira mulher cabo-verdiana que, como jornalista e diretora de publicações periódicas, colocou o seu nome no cabeçalho de jornais, sem se esconder, como até aí outras mulheres o haviam feito, atrás de um pseudónimo masculino. Não há registos de que Antónia Pusich tenha estado ligada diretamente à imprensa cabo-verdiana, mas foi a primeira a colaborar na imprensa periódica portuguesa e a única que fundou e dirigiu publicações de que são exemplo *A Cruzada*, *A Beneficência* e *A Assembleia Literária*. Foi ainda autora do livro *Os dois mystérios; Olinda, ou a Abadia de Cumnor Place* (Oliveira, 1998), publicado em Portugal.

É com a independência de Cabo Verde, em 1975, que se começam a dar os primeiros passos no jornalismo como profissão institucionalizada, com a criação do primeiro

jornal cabo-verdiano pós-independência, o *Voz di Povo*(VP). A primeira edição saiu para as bancas a 17 de Julho de 1975, doze dias após a proclamação da independência nacional, com oito páginas¹⁰.

O editorial do primeiro número do VP apoiava a “proclamação da independência nacional, falava em confiança no nosso partido, num compromisso extremo com o processo de desenvolvimento de Cabo Verde e lembra o arear da bandeira portuguesa e cita Amílcar Cabral, no topo da primeira página”¹¹.

Nos primeiros números, o VP propunha-se acompanhar a evolução social e política de Cabo Verde. Esteve em circulação durante 17 anos, tendo encerrado em 1992, um ano após a instauração do regime democrático.

Esta publicação acolheu na sua redação, em 1989, a primeira jornalista mulher com formação superior, Arminda Barros, que chegou a assumir funções de secretária da redação, na altura o quarto cargo na hierarquia interna do jornal público. Mestre em jornalismo pela Universidade Estatal de Tashkent, no Usbekistão (ex -União Soviética), Barros chega a Cabo Verde em Junho de 1985. Um ano depois, e após ter exercido funções no Secretariado Nacional do Partido Africano Independência de Cabo Verde (PAICV), concretamente no departamento responsável pela produção de revista, boletim e outros produtos informativos do partido, é convidada a assumir o cargo de diretora da então Agência Cabo-Verdiana de Notícias – *Cabopress*, tendo recusado o convite¹².

Arminda Barros teve mais tarde, em 1991, uma passagem pela televisão, onde assumiu funções de chefe do departamento de informação e programas, fazendo parte de uma equipa composta por mais três mulheres: a diretora do órgão, Manuela Azevedo, São Graça, subchefe do departamento de programas e Milú Martins, chefe do departamento comercial.

Em 1992, regressa ao VP, poucos meses antes do seu encerramento, onde é eleita pelos colegas chefe de redação. Arminda Barros afirma ter recusado assumir as funções

¹⁰[Http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/32694.html](http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/32694.html), acedido em 24/04/2017.

¹¹Idem

¹² Ver entrevista a Arminda Barros em anexo.

devido a questões salariais: “Uma das razões que apresentei foi que como jornalista com formação superior, auferia um salário mais alto do que o chefe de redação”. Após o encerramento do *VP*, Barros assumiu ainda funções de editora nos jornais *Novo Jornal* e *Horizonte*, que surgiram após o encerramento do *VP*, em 1992¹³.

Ainda quadro da Agência Cabo-verdiana de Notícias, abandona o jornalismo em 2000 e passa a trabalhar como especialista em questões de género e desenvolvimento em projetos do Fundo das Nações Unidas para a População e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Em Abril de 2015, Arminda Barros assumiu a presidência da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, função quemantem até ao presente.

2.3 O processo de feminização da profissão de jornalista em Cabo Verde (2000 - 2017)

O processo de feminização das redações dos meios de comunicação social cabo-verdianos começou a verificar-se no início do ano 2000, altura em que muitas mulheres começaram a frequentar estudos superiores na área da comunicação social, como já aludimos atrás.

Esta tendência foi acompanhada pelo aumento significativo dos níveis de escolaridade da população feminina e da sua chegada às profissões liberais como a medicina, o direito, a magistratura, o professorado, entre outras. Esta é uma realidade muito idêntica à que ocorreu noutros países lusófonos como Portugal e o Brasil (Subtil, 2009).

A legislação cabo-verdiana define jornalista profissional como sendo o indivíduo que, em regime de ocupação principal, permanente e remunerada, devidamente credenciada pela entidade competente, exerça funções da seguinte natureza¹⁴:

- a) Jornalística, em regime de contrato de trabalho, em empresa jornalística ou órgão de comunicação social;

¹³ *Idem.*

¹⁴ Coletânea de Legislação da Comunicação Social 2016- Direção Geral da Comunicação Social.

- b) De direção de publicação periódica editada por empresa jornalística, de serviço de informação de comunicação social, desde que tenha anteriormente exercido, por período não inferior a cinco anos, qualquer função de natureza jornalística;
- c) Jornalística, em regime liberal, desde que tenha formação superior específica na área da Comunicação Social;
- d) De correspondente, em território nacional ou estrangeiro, em virtude de contrato de trabalho com um órgão de comunicação social.

São ainda considerados jornalistas profissionais, os trabalhadores de empresas e meios de comunicação social, habilitados com o décimo segundo ano ou equivalente, que, à data da entrada em vigor do presente estatuto, estejam no exercício da atividade jornalística há, pelo menos, dez anos, e os que de forma permanente e ininterrupta exerçam atividade jornalística há mais de vinte anos.

Quanto a equiparados a jornalistas, a lei considera¹⁵:

- a) Os indivíduos que, não preenchendo os requisitos fixados no artigo 4º, exerçam, de forma efetiva e permanente, as funções de direção e chefia ou coordenação de redação de uma publicação periódica de informação geral, regional, local ou especializada;
- b) Cidadãos maiores em pleno gozo dos direitos cívicos e possuir como habilitação literária mínima o décimo segundo ano de escolaridade ou equivalente;
- c) Os repórteres de imagem e editores infografistas.

O Sindicato dos Jornalistas de Cabo Verde -Associação dos jornalistas de Cabo Verde(AJOC)¹⁶, cumprindo a legislação em vigor, aceita como membros não só jornalistas, mas também os outros profissionais que se enquadram naquilo que está definido no estatuto do jornalista.

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ Apesar de transformado em sindicato mantém a nomenclatura inicial.

A Comissão de Atribuição da Carteira Profissional de Jornalistas, para a atribuição do título, segue a mesma regra do sindicato, ou seja, o título da profissão é atribuído a jornalistas e a equiparados.

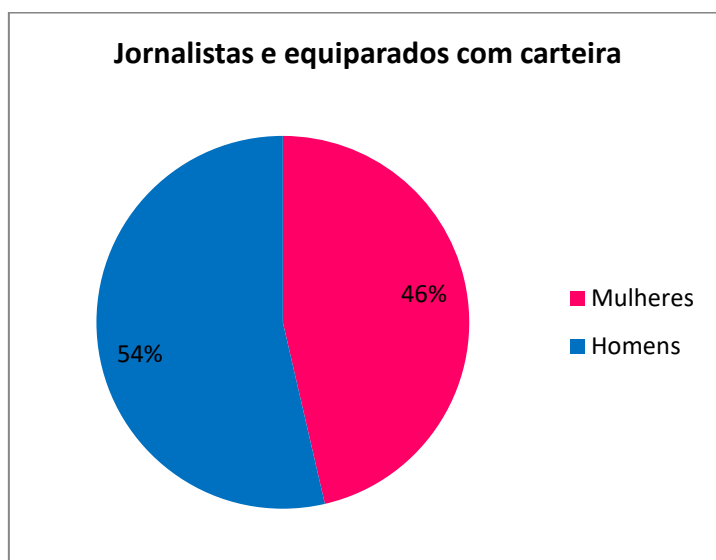


Fig.4 – Jornalistas e equiparados com carteira

Atualmente, entre jornalistas e equiparados, são 207 os profissionais com carteira atribuída, dos quais 111 homens (54%) e 96 mulheres (46%).

Do total dos profissionais com carteira, se se retirarem os equiparados, fotógrafos e operadores de imagem, a diferença entre jornalistas homens e mulheres é menor, ou seja, 100 jornalistas homens e 96 do sexo feminino¹⁷.

Dados fornecidos, em 2017, pela AJOC apontam para um total de 140 sindicalizados, entre jornalistas e equiparados, deste total 76 são homens e 64 são mulheres.¹⁸

¹⁷ Foram retirados 11 equiparados por nós identificados.

¹⁸ Dados fornecidos pelo secretariado da Ajoc.

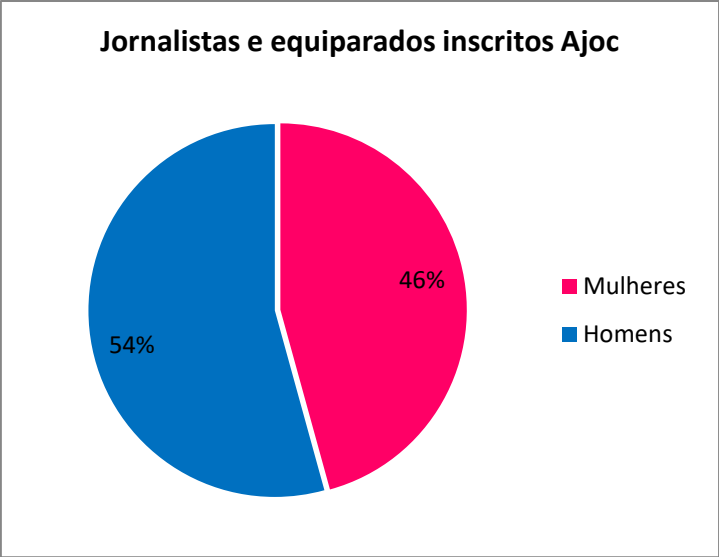


Fig.5 – Jornalista e equiparados inscritos na AJOC

Capítulo III- A presença das mulheres na imprensa, rádio e televisão em Cabo Verde

O trajeto que delineámos no capítulo anterior relativo à chegada das mulheres Caboverdianas ao jornalismo tem tido repercussões na gradual recomposição por sexo das redações dos principais meios de comunicações em Cabo Verde. Se até a década de 1990, a presença das mulheres nas redações era muito diminuta, a partir do começo do século XXI, essa situação tem vindo a alterar-se de forma significativa. Em todos os órgãos de comunicação (agência noticiosa nacional, jornais nacionais e televisão) a sua presença numérica tem vindo a crescer de forma constante, embora tal realidade ainda não tenha correspondência ao nível da sua presença em cargos de direção e chefias intermédias, situação que apresenta os mesmos contornos da que ocorreu na Europa nos anos 80 e 90 do século XX (Subtil, 2009).

3.1 A presença feminina na Agência de Notícias de Cabo Verde

A Inforpress é a agência de notícias de Cabo Verde, propriedade do Estado, e foi fundada em 1998. Resultou da fusão da Cabopress, a primeira agência de notícias de Cabo Verde, e do extinto jornal, *Novo Jornal de Cabo Verde*.

A Inforpress, Agência de Notícias de Cabo Verde, é composta por 21 jornalistas, dos quais 9 são mulheres e 12 homens (ver fig. 6).

Fig.6 – Jornalistas Inforpress

O gestor único nomeado pelo Estado para gerir a empresa é homem. A chefia de informação é ocupada por uma mulher e os quatro editores são homens.

3.2 A presença das mulheres na imprensa escrita cabo-verdiana

Na imprensa escrita, a tendência em Cabo Verde é semelhante à de Portugal na década de 90 do século XX. O número de homens é superior ao das mulheres. Veja-se o caso dos dois únicos semanários nacionais: *A Nação* e *Expresso das Ilhas*.

A Nação, foi fundado em Setembro de 2007, por iniciativa de investidores privados. É publicado às quintas-feiras na versão impressa, e dispõe também de uma versão online.

A redação de *A Nação* é composta por 9 jornalistas, dos quais 7 homens e apenas 2 mulheres (Fig.7).

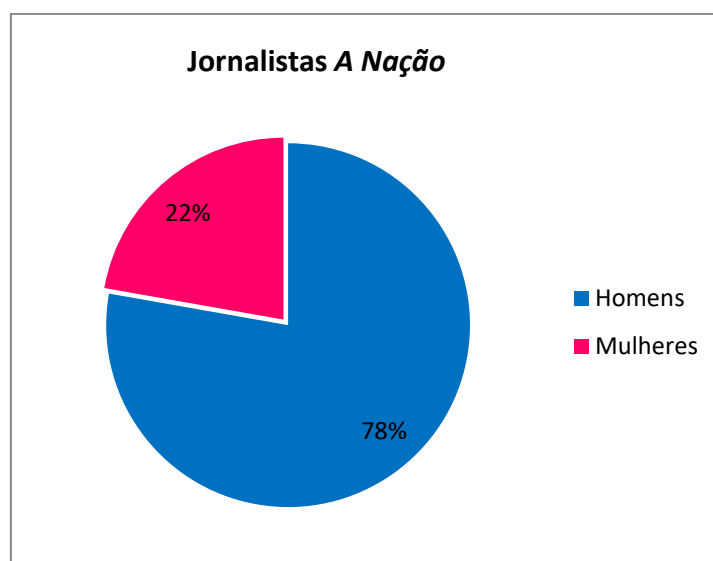


Fig.7 – Jornalista *A Nação*

Ao nível dos cargos dos 4 cargos de chefia, diretor, o editor executivo e um dos editores são homens apenas uma mulher ocupa funções de editoria.

O *Expresso das Ilhas* surgiu em 2001 É uma publicação generalista semanal. Dispõe também de uma versão online.

Neste caso, a redação é bastante mais equilibrada em termos de sexo: 7 jornalistas dos quais 4 homens e 3 mulheres (Fig.8). Os cargos de diretor e de diretor adjunto são ocupados por homens.

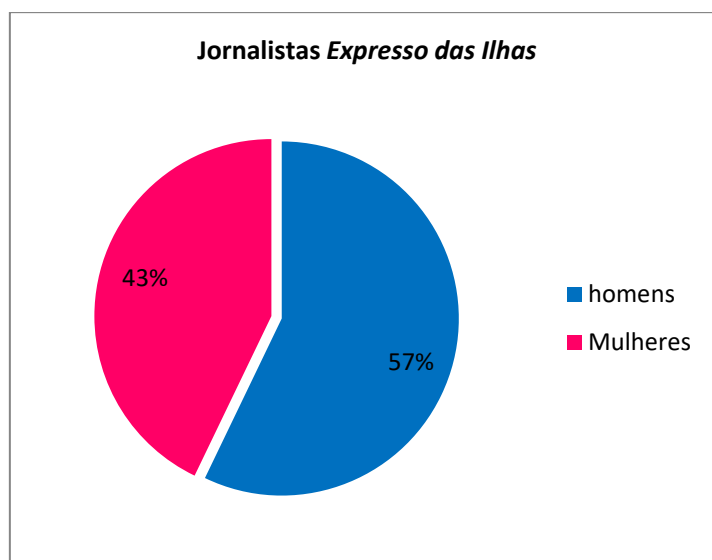


Fig.8 – Jornalistas *Expresso das Ilhas*

3.3 O caso da RTC - Radiotelevisão de Cabo Verde

Em 1985, dez anos após de independência, 5 de julho de 1975, Cabo Verde viu nascer a sua primeira estação televisiva, a Televisão Experimental de Cabo Verde(TVEC). A primeira emissão foi emitida a 12 de Março do mesmo ano, mas a sua oficialização só viria a acontecer a 31 de Dezembro.

O nascimento e crescimento da televisão pública cabo-verdiana deveu-se ao forte engajamento de alguns países, como foi o caso de Portugal e da França, com a cedência de equipamentos e materiais. Grande parte dos seus estúdios foram financiados pela cooperação francesa, enquanto Portugal deu um forte apoio na formação dos futuros profissionais. Foi também graças a cooperação portuguesa que a televisão pública conseguiu o seu primeiro carro de exteriores, bem como a construção dos seus primeiros estúdios. A infraestrutura inicial era mínima: instalação pequena, 3 emissões

por semana, mesmo assim de poucas horas. Uma evolução lenta que, para além de ter melhorado as condições técnicas, permitiu igualmente o aumento de funcionários, muitos dos quais com formação superior.

Quanto ao número de profissionais, começaram por ser 22, dos quais 3 jornalistas, 1 homem e 2 mulheres, a quem cabia a responsabilidade de manter no ar os espaços informativos (o telejornal). Com altos e baixos, que obrigou a algumas interrupções, a TVEC, foi evoluindo e transformou-se, em 1990, na televisão pública nacional, a TNCV.

Em 1991, após a abertura política que ditou a vitória do Movimento para a Democracia (MpD) sobre o PAICV, que vinha governando sob o regime de Partido Único, o MpD levou a cabo um processo de reestruturação da comunicação social cabo-verdiana.

Uma reestruturação que conduziu à junção da Rádio Nacional de Cabo Verde com Televisão Nacional de Cabo Verde, nascendo assim uma nova empresa de comunicação social, a Radiotelevisão de Cabo Verde. Um processo de fusão apenas a nível da administração, ficando cada órgão responsável pela sua produção e com direções separadas.

Após dez anos de governação do MpD, em 2001, o PAICV regressou novamente ao poder e, mais uma vez, a empresa pública de comunicação social vê alterado o seu figurino, desta vez apenas no nome. A rádio passa a ser designada de Rádio de Cabo Verde (RCV) e a estação televisiva passou a chamar-se Televisão de Cabo Verde (TCV), mas a gestão continua sob a alçada da RTC. Nesta sequência, criou-se a Televisão de Cabo Verde Internacional (TCVI), que está sob alçada da direção da TCV. A sua programação depende da produção da TCV e não tem um quadro de pessoal fixo.

Podemos afirmar que desde a sua criação, a televisão cabo-verdiana, a nível dos jornalistas, sempre teve mais mulheres do que homens a trabalhar nos seus espaços informativos, uma situação que se mantém até ao presente.

Em 2017, a RTC tinha 281 funcionários divididos entre a Rádio, Televisão e 5 delegações. Deste total, 187 são homens e 94 mulheres, ou seja, 67% e 33% respetivamente (fig 9).

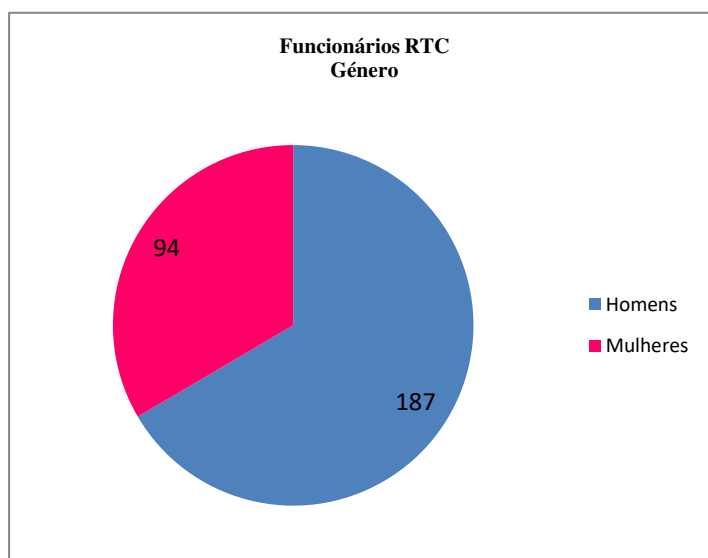


Fig.9 – Funcionários da RTC por sexo

A atual estrutura orgânica da empresa é a seguinte:



No que respeita aos cargos de direcção, o Conselho de Administração é composto por 3 elementos dos quais 2 mulheres, uma das quais Presidente do Conselho de Administração - PCA da empresa, e 1 homem.

As direções da TCV e RCV são ocupadas por homens, bem como a direção técnica e o gabinete de estudos. A direção comercial e marketing está a cargo de uma mulher.

A TCV tem 107 funcionários, 44% do total dos funcionários da empresa, a RCV 51, 21% dos funcionários. Os restantes estão divididos pelas 5 delegações da empresa, a saber: Santo Antão 5, 2%, São Vicente/ S.Nicolau 56, 23%, Sal 17, 7%, Santiago Norte 12,5%, e Fogo 6, 2%. Os restantes 46 estão afetos aos serviços administrativos da RTC (fig. 10).

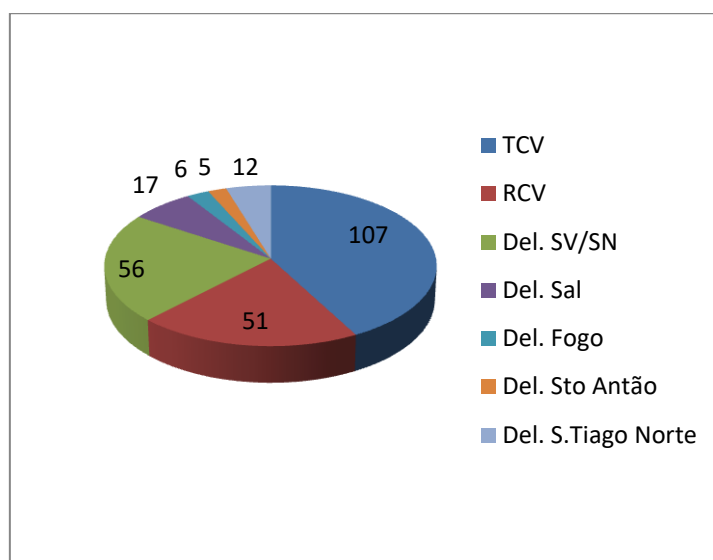


Fig.10 –Distribuição dos funcionários da RTC por delegação

A redação é composta por 86 profissionais dos quais 47 homens e 39 mulheres(fig.11).

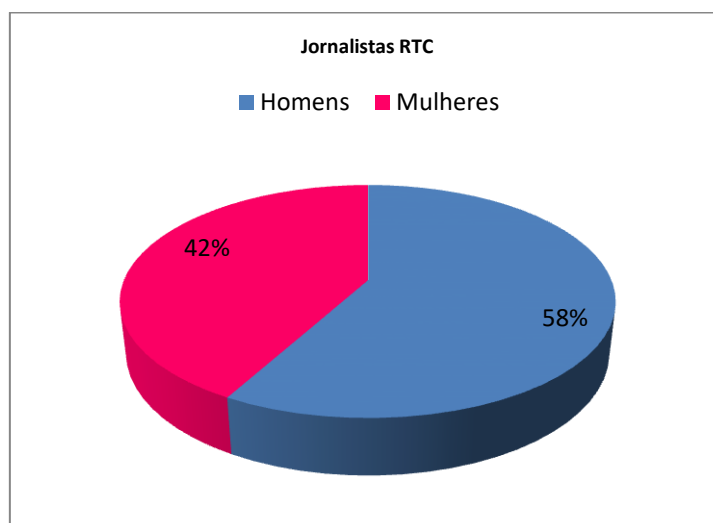


Fig.11 – Jornalistas RTC

A Rádio de Cabo Verde (RCV) tem, na sua sede, 30 jornalistas dos quais 21 são homens e 9 mulheres.

O diretor é homem, o departamento de informação é chefiado por 1 homem e o departamento de programas por uma mulher.

A RCV tem, do seu departamento de informação, 5 editores, 3 homens e 2 mulheres.

Dos 107 funcionários afetos a TCV, 74 são homens, 69% e 33 mulheres, 31% (fig. 12).

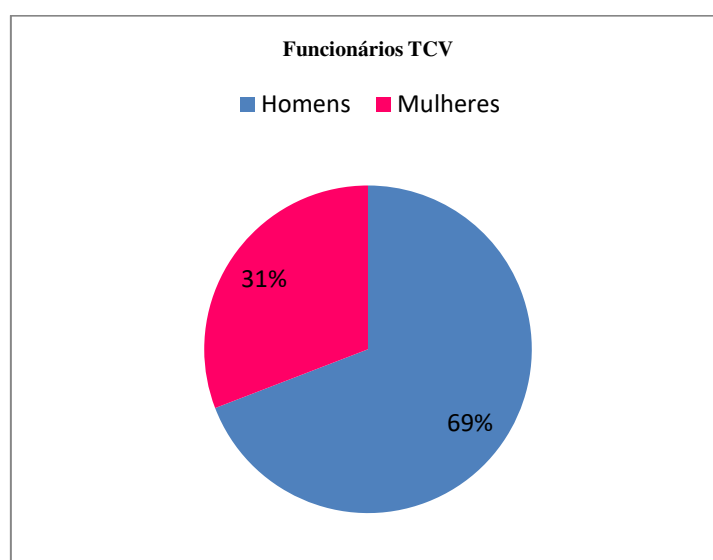


Fig.12 – Funcionários da TCV distribuídos por sexo

Quanto a jornalistas, a TCV tem na sua sede 24, dos quais 16 mulheres, 67% do total e apenas 8 homens, 33%. Uma tendência que se manteve desde a criação da televisão pública em Cabo Verde, em 1984. Na altura, a televisão tinha 3 jornalistas, sendo 1 homem e 2 mulheres, ou seja, o número de mulheres jornalistas sempre tem sido maior do que a de homens (fig. 13).

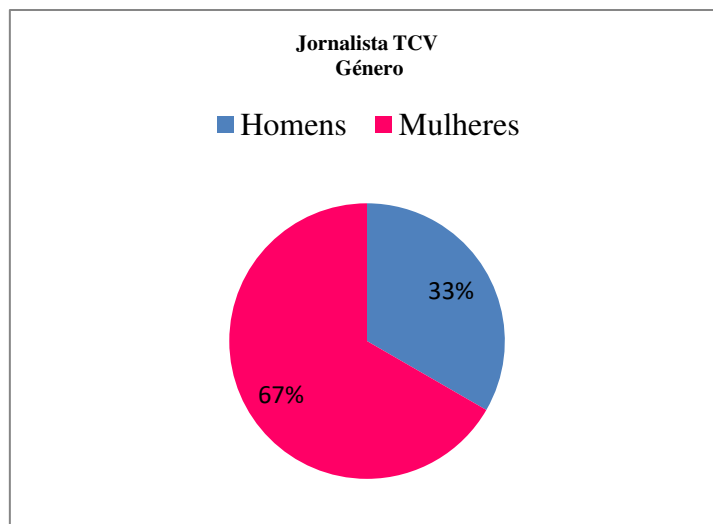


Fig. 13 – Jornalista da TCV por gênero

De registrar ainda os níveis de formação acadêmica dos jornalistas da RTC.

Dos 86 jornalistas, 52 têm formação universitária (48 jornalistas em jornalismo, 4 em outras áreas). Os restantes 34 não têm formação superior e têm, em média, mais de 20 anos se serviço (ver Fig. 14).

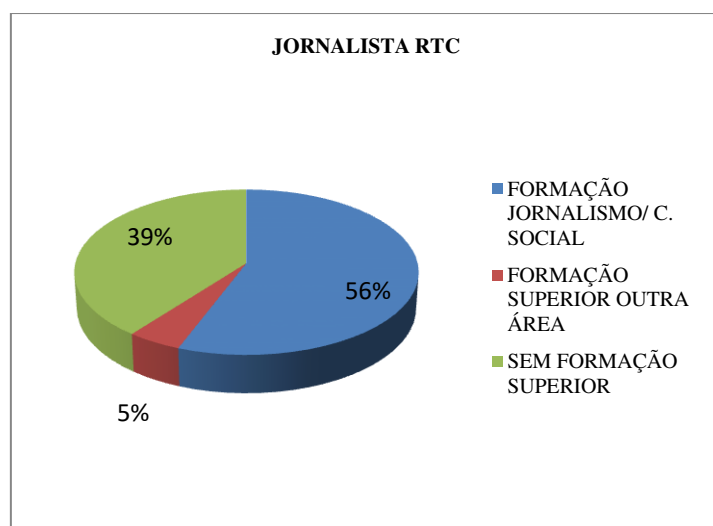


Fig 14- Jornalista da RTC formação acadêmica

Dos jornalistas com formação superior em jornalismo ou comunicação social 26 são mulheres e 22 homens (ver Fig.15).

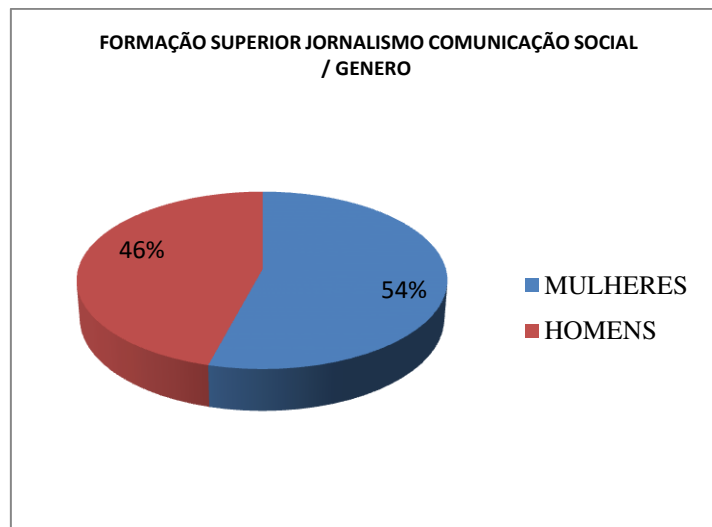


Fig 15 Jornalistas com formação superior por género

Dos 34 jornalistas sem formação superior, 11 são mulheres e 23 são homens (ver fig.16).

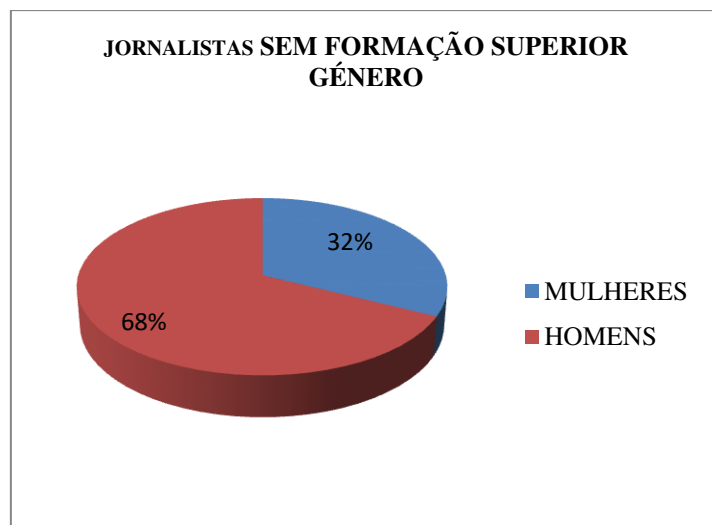


Fig 16 Jornalistas sem formação superior / Género

Dos 4 jornalistas com formação superior em outras áreas 2 são homens e 2 são mulheres.

A Televisão Cabo-Verdiana depende, hierarquicamente, da RTC que gere os dois principais órgãos públicos do país, a TCV e a RCV.

ATCV tem o seguinte Organigrama:



A direcção da TCV é exercida por um homem, os departamentos de informação e o de programas por mulheres. Por sua vez, o departamento de produção tem a sua frente um homem e a coordenação de programação é exercida por uma mulher. Podemos assim afirmar que, a nível das chefias intermédias, o número de mulheres é superior.

O departamento de informação tem três editores, Jornal da noite tem à frente uma jornalista, Jornal da Tarde, um jornalista homem e Cabo Verde Magazine jornalista homem. A nível de editores a presença de homens é superior a mulheres.

Podemos concluir que a nível da direcção e chefias intermédias há um equilíbrio entre homens e mulheres, 4 homens, incluindo o diretor, e 4 mulheres.

O departamento de informação, como foi referido anteriormente, é composto por um chefe de departamento, responsável pela coordenação de todos os serviços informativos.

Trabalham no departamento de informação, na sede da empresa, 24 jornalistas. Apesar da existência de 3 editores, os jornalistas acabam por estar envolvidos em todos os espaços pelo que não se pode falar, no caso da TCV, da existência de jornalistas fixos em diferentes editorias.

Ao contrário de outras televisões, caso de Portugal e Brasil, em Cabo Verde nunca se chegou a criar editorias. Não existe especialização e os jornalistas são obrigados a fazer todo o tipo de notícias, desde política, economia, social, cultural, desporto entre outros assuntos.

CONCLUSÃO

O 5 de Julho, data da independência, deve ser visto como um marco na trajetória do mercado do trabalho do jornalismo em Cabo Verde. Se até a data era notória a ausência de profissionais na área do jornalismo, podemos considerar que a criação, em 1975, do jornal *Voz di Povo* marca o início do processo de profissionalização na área.

A sociografia das jornalistas cabo-verdianas que começamos a esboçar nesta dissertação permite dar conta do processo de feminização das redações, mostrando como ele coincide com a chegada das primeiras mulheres licenciadas no exterior e a criação de universidades em Cabo Verde, na década de 2000.

Os dados do INE de Cabo Verde evidenciam que o processo de feminização do jornalismo não foi um processo isolado e que acompanha com o aumento do número de mulheres a frequentarem o ensino superior.

Desde a abertura do primeiro curso na área da comunicação social que se verifica uma predominância de mulheres nos referidos cursos.

Os dados apresentados revelam que, apesar da presença significativa das mulheres no jornalismo em Cabo Verde, essa presença não se encontra ainda ao nível da sua presença nas universidades e em particular nos cursos de jornalismo e comunicação social, onde se encontram em maioria

Apesar da presença das mulheres das redações, ainda existe uma ligeira vantagem para os homens. Na imprensa escrita a tendência em Cabo Verde é semelhante a Portugal, onde o número de homens é superior ao das mulheres.

Apesar do aumento de mulheres nas redações, continua ainda a existir um desfasamento no que diz respeito a ocupação de cargos de chefia, pelo que concluímos esse aumento não teve impacto significativo nos cargos de chefia, que continuam a ser liderados por homens.

Registe-se ainda que a Radiotelevisão Cabo-verdiana, empresa pública de rádio e televisão, e a maior empregadora de jornalistas em Cabo Verde. São 207 os jornalistas e equiparados habilitados com a carteira profissional, um número superior aos 140 jornalistas e equiparados filiados no sindicato do grupo profissional (AJOC).

Para finalizar, e apesar dos obstáculos encontrados no decorrer desta investigação e dos quais demos conta ao longo destas páginas, fica a sensação de que havia sempre um ou outro aspeto a ser tido em conta, ou que poderia ter sido abordado de uma outra forma. No entanto, ajudaram a perceber que a aprendizagem será sempre "uma boa companheira," que o aperfeiçoamento resulta de erros e tentativas, sendo certo que as oportunidades vão surgindo ao longo do caminho.

Tratando-se do primeiro trabalho do género em Cabo verde, houve muitas limitações que dificultaram o cumprimento das pretensões iniciais, nomeadamente a inexistência de documentação sobre o tema em estudo. Assim, espero com este trabalho estar a dar um contributo no estudo do jornalismo cabo-verdiano e não só.

Bibliografia

Casadei, Eliza Bachega, (2012)“A inserção das mulheres no jornalismo e imprensa alternativa: Primeiras experiências do final do século XIX”, *Revista Alter JOR*, vol.3, nº 1: 1-10.

Coletânea de Legislação da Comunicação Social 2016- Direção Geral da Comunicação Social

Costa, Natália e Queiroz, Cimó, (2013), *O Auge de Nellie Bly: uma Jornalista Estadunidense no Final do Século XIX*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Disponível: em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107052/320608.pdf?sequence=1>. Acedido em 4 de fevereiro de 2017.

Duby, George e Perrot, Michelle (1991), *Histoire des Femmes*, vol.3, Paris, Plon.

Garcia, José Luís (2009 [1993, 1994]), “Principais tendências da profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática” in J. L. Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Instituto Nacional de Estatística, 1981 - Censo 70.

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde, 2015- Brochura Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números.

Jorge, Thais de Mendonça e Adghirni, Zélia Leal (2013), “Brasil. Need for national debate on women in journalism”. in C. M. Byerly (ed.) *The Palgrave International Handbook of Women and Journalism*, Cham: Palgrave Macmillan: 211-225.

Mick, Jacques (coord.) e Lima, Samuel(2013), *Perfil do Jornalista Brasileiro. Características Demográficas, Políticas e Jornalísticas em 2012*, Florianópolis, Editora Insular.

Miranda, João (2017), “Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português”, *Media e Jornalismo* 30, vol. 17, nº1: 34-37.

Oliveira, João Nobre de (1998), *A Imprensa Cabo-Verdiana 1820-1975*, Edição Fundação Macau, Direção dos Serviços de Educação e Juventude, Setembro.

Oliveira, José Manuel Paquete de, (1988), “Elementos para uma sociologia dos jornalistas portugueses”, *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 8: 47-53.

Park, Robert E. (1987), “Um roteiro de investigação sobre a cidade”, in G. Velho. (org.). *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar.

Perrot, Michelle (1998), *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, Paris, Flammarion.

Pontes, Felipe Simão (2017), “Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras”, *E-Compós*, vol. 20, nº 1: 1-15.

Rebelo, José (2011), *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*, Lisboa, Gradiva.

Relatório de Desenvolvimento Humano 2015.

Silveirinha, Maria João (2012), “As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: Contributos para uma não-ossificação da história do jornalismo”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 27: 165-182.

Steiner, Linda (2017), “Womenwarreportersresistanceandsilence in the face ofsexismand sexual violence”, *Media & Jornalismo*, nº 30, vol. 17, nº1:11-26.

Subtil, Filipa e Silveirinha, Maria João (2017), Caminhos da feminização da profissão de jornalistas em Portugal: da chegada em massa à desprofissionalização” in José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil, *Crise do Jornalismo em Portugal*, Lisboa: Le Monde Diplomatique/Deriva: 122-133.

Subtil, Filipa (2009), “Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990”, in José L.Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009: 93-108.

Tengarrinha, José (2013), *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*, Lisboa: Temas e Debates.

ANEXO

Entrevista - Arminda Barros (Jornalista)

1. Em que ano terminou o curso de Jornalismo e em que país fez a formação?

Em junho de 1985 conclui o mestrado em jornalismo, na República do Usbekistão (ex-União Soviética), na Universidade Estatal de Tashkent.

Não tenho bem a certeza, mas devo ser a primeira ou pelo menos a segunda pessoa a regressar ao país com formação superior na área. Contudo, sou sim a primeira mulher com formação superior (clássica, ou seja, universitária especificamente) em Jornalismo em Cabo Verde.

2. Foi a primeira mulher a concluir um curso de jornalismo em Cabo Verde. Como foi a sua integração, numa profissão até então dominada por homens?

Cheguei a Cabo Verde no dia 7 de junho de 1985 e em agosto fui chamada para trabalhar no Secretariado Nacional do PAICV, concretamente no departamento responsável pela produção de revista, boletim e outros produtos informativos.

Tratou-se de um regresso ao serviço posto que já trabalhava lá antes de partir para os estudos na ex-URSS, também na área da informação e produção de materiais informativos e de propaganda política.

Já formada, integrei uma equipa chefiada por um homem (José Araújo, antigo ministro da Educação, e, depois, Jorge Lopes, ex-PCA do NOSI), e que integrava o Jorge Soares e a Filomena Silva, vindos de Cuba.

Em 1986, fui convidada para ser diretora da Agência Cabo-verdiana de Notícias – Cabopress, pelo então ministro David Hopffer Almada. Contudo, declinei tal convite, na convicção de que deveria priorizar o aprender fazendo, o que exigia um esforço para “reaprender” a língua portuguesa e apreender o jornalismo que se fazia no “Ocidente”. Com uma criança pequena, também tinha a preocupação de estar muito presente para ajudar a sua integração, já que falava apenas o russo.

Por razões familiares, estive fora do país durante mais ou menos um ano e, de regresso, tive a oportunidade de trabalhar para o jornal Voz di Povo, em 1989, a convite do então diretor – Carvalho Santos. No jornal público, cheguei até a ser secretária de redação, na altura o quarto cargo na hierarquia interna do jornal público (após o diretor, o chefe de redação – Filipe Correia de Sá e a subchefe de redação – Filomena Silva).

Algum tempo depois, o Governo entendeu transferir-me para a Televisão Nacional. Ao tempo, passou a ser “dominada” por 4 mulheres na chefia: diretora – Manuela Azevedo; Arminda Barros – chefe dos Departamentos de Informação e Programação, com São Graça como subchefe do Departamento de Programação, e Milú Martins, na Chefia da área Comercial.

De regresso ao Voz di Povo, em 1992, fui eleita para chefe de redação pelos colegas jornalistas, cargo que não aceitei na altura. Uma das razões que apresentei foi que, como jornalista com formação superior, auferia um salário mais alto do que o de chefe de redação.

Com o encerramento do Voz di Povo, trabalhei como jornalista e editora também nos seus sucessores Novo Jornal e Horizonte, até à saída do Estado da imprensa escrita em Cabo Verde, passando a ser quadro da Agência Cabo-verdiana de Notícias.

No ano 2000, deixei o jornalismo e passei a trabalhar como especialista em género e desenvolvimento em projetos do FNUAP e da FAO. Em 2004, fui membro (não executivo) do Conselho de Administração da Inforpress, com mais dois homens – José Augusto Sanches e Carvalho Santos.

De 2000 a 2012, estive ligada à Alfa Comunicações, com funções de editora e produtora de várias revistas, e, durante muito pouco tempo, estive ligada ao jornal A Nação, durante as legislativas de 2011.

De regresso à Inforpress, em 2012, fui sempre editora, para além de jornalista, depois de ter recusado propostas de três ministros que tutelaram a Comunicação Social para ser diretora da Agência Cabo-verdiana de Notícias ou para reintegrar o seu Conselho de Administração.

3. - Sentiu-se preterida, em algum momento por ser mulher?

Nunca. E trabalhei para que isso não fosse possível, uma vez que tentei, desde sempre, fazer com muito empenho e vontade de aprender o meu trabalho. Paralelamente, venho estudando sempre para aprender mais e aprender melhor, o que resultou em cada vez melhor preparação para exercer o jornalismo. De resto, foi a aplicação sistemática dessa aprendizagem que me ajudou a afirmar.

Sempre exerci o jornalismo com liberdade, em pé de igualdade com os colegas homens e admito que, não poucas vezes, fui a escolhida mesmo: por reunir melhores condições de responder ao que de mim se exigia, por merecer a confiança dos editores de que eu estava à altura ou por ter sido sempre demasiado exigente com o que fazia.

Embora não tenha sempre feito parte das chefias tradicionais, a minha participação na gestão, planificação e tomada de decisões em todos os órgãos onde trabalhei foi sempre muita ativa e dinâmica e a minha voz sempre foi ouvida, quer em meu nome pessoal, quer no do coletivo dos trabalhadores.

4. - Considera que ser mulher é um constrangimento para se exercer jornalismo?

O meu caso pode não ser a norma, porque nunca me foi vedada qualquer oportunidade pelo fato de ser mulher, mas a verdade é que nunca foi fácil ser mulher no jornalismo, por mais que se queira acreditar que não há diferenças de tratamento.

Para muitas mulheres tem sido um constrangimento exercer o jornalismo, sim, em virtude, principalmente, da reprodução dos estereótipos de género a todos os níveis e neste setor em concreto. Uma injustiça enorme, porque as mulheres já representam a maioria na comunicação social, apesar de as chefias serem, na maioria das vezes, masculinas.

Haveria, também, que considerar as situações de auto-segregação por jornalistas mulheres induzida por um ambiente social que nem sempre age em conformidade com o que se declara, pelo que alguma retração pode ter sido causada por essa discrepância.

Tendo consciência do universo machista e masculino em que vivemos em Cabo Verde, manda a verdade dizer que, no ambiente jornalístico, nas redações em si, nunca vivi ou presenciei situações de flagrantes violações dos direitos das jornalistas mulheres, o que não significa que não tenham havido situações em que se preferiram homens para dar cobertura, por exemplo, a notícias sobre desastres naturais (erupção do vulcão do Fogo), com a desculpa de que a jornalista tem família, crianças pequenas e outras demagogias mais, ou sobre os eventos desportivos, com destaque para o futebol. Pessoalmente, insurgi-me contra isso, o que tornou possível estar presente em reportagens desse tipo.

Dos muitos ganhos conseguidos com os anos da independência, devemos destacar que não há discriminação em termos de salário e de acesso à profissão, embora sempre existam comportamentos sofríveis e até condenáveis, no que se refere à igualdade de oportunidades para homens e mulheres nos diversos órgãos de comunicação social, principalmente nos privados.

5. Têm-se verificado um aumento de número de mulheres nos órgãos de comunicação social nos últimos anos. Entretanto nos cargos de chefia há mais homens que mulheres, quanto a si, o porquê desta situação?

Embora não haja estudos específicos das causas, não há como negar o efeito: o jornalismo é uma profissão cada vez mais feminina, as mulheres já são a maioria, principalmente nas faixas etárias mais jovens. A triste realidade é que os lugares de chefia continuam sendo ocupados maioritariamente por homens, devido a privilégios de género e critérios de idade: a) o privilégio de género favorece sempre o sexo masculino; e b) nas escolhas que se fazem para os lugares de chefia, sobretudo quando se trata de jornalistas mais velhos, os homens considerados “competentes, adequados, etc.” são predominantes.

Ou seja, a presença das mulheres nas redações passou a ser muito expressiva, mas não há uma real igualdade de oportunidades no acesso a funções de direção e de chefia e a questão que se coloca é se esta alteração da correlação de género se traduzirá, ou não, num efetivo reconhecimento do direito à igualdade de oportunidades e de tratamento das mulheres jornalistas, designadamente no que se refere à sua ascensão a cargos de direção e chefia.

Outra situação limitadora da igualdade de oportunidades é protagonizada por aqueles que continuam a dizer que a dedicação que se impõe ao jornalismo afasta as mulheres. Isso vai para além das questões de género, ou seja, da necessidade de conciliar vida pessoal e vida profissional, que acontece em todas as profissões, e as jornalistasnunca deviam ou devem pactuar com esta visão ao aceitar esta desculpa para não serem escolhidas para exercer cargos de chefia.

Mas, em Cabo Verde, temos que lidar ainda com outro grande conflito, motivado pelo número reduzidíssimo de órgãos de comunicação social, aliado ao “grande” número de jornalistas – sobretudo mulheres - que querem entrar na profissão e exercer num órgão de comunicação social, onde já deixou de haver lugar para reivindicações já que o posto de trabalho estará sempre ameaçado por dezenas de outros candidatos, que podem ser menos exigentes.

Trata-se de uma situação de instabilidade quase permanente e em que a mulher pode ser, sim, o elo mais fraco, com as jornalistas a terem de lutar por uma mudança de mentalidades de modo a diminuir, pelo menos, as discriminações e desigualdades, o que estará a depender da sua própria capacidade negocial para conseguir melhores salários, já que os donos dos órgãos de comunicação social estão atualmente a pagar cada vez menos a recém-licenciados, dos quais muitos trabalham sem receberem ou se encontram em regime de estágio que nunca termina.

Situações do tipo poderiam ser amenizadas com contratação coletiva de trabalho, o que defenderia o interesse de todos os jornalistas e da mesma forma, mas a realidade tem mostrado que nenhum órgão de comunicação social em Cabo Verde tem condições financeiras para atender às exigências constantes do Código Laboral, que não discrimina mulheres e homens, em situação de igualdade no contexto laboral.

A única boa notícia, até ao momento, é que os estereótipos estão a diminuir, embora seja da nossa vontade que acabem de vez.

A conclusão óbvia é que, apesar de algumas mudanças ao longo dos anos, em Cabo Verde, ainda não conseguimos um equilíbrio no poder dentro nos diversos órgãos de comunicação social. Não sei se isso será possível um dia, mas, no jornalismo, a crescente escolarização feminina e o fato de existirem cada vez mais mulheres qualificadas nesta área também tem que valer e muito para a mudança necessária e desejada nesta matéria.

O que ainda prevalece é que tal crescimento não se traduz nas estruturas hierárquicas dos órgãos de comunicação social ou das redações. Claro que já há mulheres em cargos de chefia, mas a preferência continua a ser a voz masculina para liderar as organizações jornalísticas, o que significa que as mulheres continuam a ser desvalorizadas nos lugares e postos de decisão e quando lá chegam é por terem tido que “provar” que são competentes ou muito competentes.